

Comemorar para relembrar: memórias e representações literárias sobre deslocamentos migratórios no Vale do Itajaí (SC)

Celebrate to remember: memories and literary representations about migrations in the Itajaí Valley (SC)

Cristina Ferreira *

Gabriel Dalmolin **

Resumo

Os estudos sobre literatura e humanidades estão pautados na análise crítica entre as relações culturais e os laços criados entre as distintas temporalidades operadas pelos mecanismos de memória, no tocante à vida cotidiana e à cultura durante a recriação de novos vínculos de enraizamento. Em consonância com tais princípios analíticos, o objetivo do artigo que ora se apresenta consiste em problematizar os processos migratórios nas representações literárias nas ocasiões comemorativas do cinquentenário e do centenário da migração italiana (1900/1975) para o Vale do Itajaí, nas localidades catarinenses de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros, explorando a dialética dos deslocamentos no âmbito das relações culturais com nacionais, indígenas e poloneses.

Palavras-chave

Migrações. Memórias. Representações Literárias. Identidade. Laboriosidade.

Abstract

Studies on literature and the humanities are based on critical analysis between cultural relations and the bonds created between the different temporalities operated by the mechanisms of memory, with regard to daily life and culture during the recreation of new rooting links. In line with such analytical principles, the objective of the article now presented is to problematize migratory processes in literary representations of commemorative occasions alluding to the fiftieth anniversary and centenary of Italian migration (1900/1975) to the Itajaí Valley, in the localities of Rodeio, Ascurra and Rio dos Cedros, exploring the dialectics of movement within the scope of cultural relations with nationals, Indians and Poles.

Keywords

Migrations. Memories. Literary Representations. Identity. Laboriousness.

* Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

** Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Introdução

A história da migração europeia para o Brasil envolveu grandes deslocamentos populacionais entre os continentes no século XIX, contribuindo para a geração de uma infinidade de trocas culturais entre distintos grupos étnicos. Particularmente representativo foi o contingente de estrangeiros estabelecidos na região do Vale do Itajaí, formulando as peculiaridades de um processo de colonização pautado na pequena propriedade agrícola, mas também muito violento no tocante ao contato com os nativos e sua cultura.

No conjunto das produções escritas sobre a temática da migração estrangeira para Santa Catarina, prevaleceram, até 1980, as abordagens denominadas laudatórias, que destacavam aspectos positivos sobre a prosperidade, a capacidade notável para enfrentar adversidades, exaltando uma espécie de vocação inata para o camponato e a industrialização e supervalorizando o aspecto vitorioso da ocupação no Vale do Itajaí. No entanto, novas pesquisas na área de humanidades estão interessadas na análise de discursos literários, no afã de problematizar livros comemorativos acerca dos deslocamentos de europeus para o Brasil. O propósito central está pautado na análise crítica entre as relações culturais e os laços criados entre as distintas temporalidades operadas pelos mecanismos de memória, no tocante à vida cotidiana e à cultura, durante a recriação de novos vínculos de enraizamento.

Em consonância com tais princípios analíticos, o objetivo do artigo que ora se apresenta consiste em problematizar os processos migratórios nas representações literárias nas ocasiões comemorativas em alusão ao cinquentenário e centenário da migração italiana (1900/1975) para o Vale do Itajaí, nas localidades catarinenses de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros, explorando a dialética dos deslocamentos no âmbito das relações culturais com nacionais, indígenas e poloneses. Ainda no século XIX, a partir do livro do cinquentenário do município de Blumenau (1900), os convidados da edição italiana do documento faziam alusão às dificuldades encontradas no início de seu estabelecimento e enalteciam suas próprias escolhas como grupo étnico de destaque na região. Tais narrativas foram evidenciadas nos escritos literários dos imigrantes Giovanni Rossi, agrônomo e veterinário; Giuseppe Zanluca, professor e agricultor; Alessandro Trentini, agricultor. Posteriormente, com o Centenário da Imigração Italiana celebrado na região (1975), surgiu ainda uma série de publicações literárias, elaboradas por descendentes de migrantes italianos, que mobilizaram um aparato simbólico em defesa da memória e da manutenção da

“italianidade”. Tais sentimentos de pertencimento foram cuidadosamente elaborados a partir dos discursos literários de estética saudosista e sustentados por princípios identitários da cultura de migrantes de língua italiana na região do Vale do Itajaí.

A metodologia de pesquisa fundamentou-se no pressuposto de que todo texto publicado comporta objetivos e sustenta dependências que “impregnam a obra e fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável” (CHARTIER, 1994, p. 9). O universo explorado nos textos literários comemorativos contemplou percepções voltadas à alteridade e à “existência do conhecido, do próprio, do pátrio, do eu como ponto de referência” (LISBOA, 1997, p. 46) e abarcou uma variação de sentidos atribuídos ao deslocamento e ao enraizamento em um determinado espaço geográfico. A composição de representações literárias, imbricada às vivências e impressões, foi marcada por distintas temporalidades ativadas pela memória dos sujeitos que atuaram nos processos migratórios para o Vale do Itajaí, com destaque para a resignificação de identidades e a força da laboriosidade como elemento de sustentação à simbologia das narrativas.

Os deslocamentos e as questões identitárias: a força dos conflitos evidenciada nas narrativas memorialísticas

Os primeiros imigrantes de língua italiana chegaram à Colônia Blumenau em meados de 1875. Dentre as motivações para o deslocamento espacial da Europa para a América, encontravam-se doenças e pragas que se alastravam pelos parreirais e no cultivo do bicho-da-seda (BERRI, 1988, p. 15), essenciais ao sustento da população naquela região. No entanto, a motivação central para a transposição oceânica era a fartura de terras, com vistas a tornarem-se proprietários (VENDRAME, 2007, p. 233), evitando continuar trabalhando para terceiros e em busca da tão sonhada oportunidade de vida melhor no Brasil.

Os imigrantes de língua italiana da então Colônia Blumenau, situada no Vale do Itajaí (SC), fixaram-se no espaço geográfico que configura os atuais municípios de Rodeio, Rio dos Cedros e Ascurra¹, a partir de 1875. A grande maioria veio da região do Tirol², pertencente na época ao Império Austro-Húngaro, considerando que os

¹ Esses municípios possuem 11.000, 11.000 e 8.000 habitantes respectivamente e distam cerca de 190 km de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Sua emancipação política derivou do grande município de Blumenau e ocorreu a partir de 1934.

² Após a anexação pela Itália, passou a ser chamado de Trentino.

moradores dessa região eram “súditos austríacos de cultura italiana” (DALLABRIDA, 2015, p. 11), pois pagavam seus impostos ao Império e dedicavam lealdade à Casa Habsburgo. Entretanto, juntamente com os imigrantes tirolezes chegaram alguns italianos³, oriundos das atuais províncias da Lombardia, Vêneto e, em menor escala, do Piemonte.

As comemorações do Centenário da Imigração Italiana foram realizadas nas cidades de Rodeio e Rio dos Cedros em 1975, representando um marco importante na construção identitária dessas comunidades. Além de festejos, inaugurações de marcos monumentais e da fundação de entidades folclóricas, também foram editadas publicações de cunho memorialístico, assinadas por diletantes da cultura local, a partir de suas impressões pessoais, oralidade e transcrição de documentos variados sobre a história de suas cidades. Suas narrativas estavam pautadas em uma estética literária própria, entrelaçando a literatura com a memória e a história, no afã de recuperar o passado e as múltiplas formas de real nas diferenças temporais, fazendo irromper novas produções de sentido. Por isso, no estudo de textos literários como fontes de pesquisa em humanidades, o pesquisador percorre indícios de um contexto de produção não evidenciado no conteúdo, afinal de contas, o livro visa à instauração de uma “ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação” (CHARTIER, 1994, p. 11).

Exemplo disto encontra-se no livro “Rodeio 1875-1975”, escrito no contexto do Centenário da Imigração pelos padres franciscanos, Frei José Bertoldi e Frei Guido Scottini. Em sua narrativa, apontam que os primeiros colonos e seus descendentes, a partir de sua força de trabalho, fé e dedicação, fundaram uma “cidade italiana em terra brasileira” (BERTOLDI; SCOTTINI, 1975, p. 1). Nesse sentido, a “italianidade” apareceu como um elemento naturalizado, contribuindo para excluir os outros grupos humanos da região, a exemplo de indígenas, poloneses e nacionais que habitavam aquele espaço geográfico. Esse é um indicativo de que as narrativas vincularam-se a uma memória seletiva, afinal, “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203) e, além disso, as escolhas dos narradores encontram-se com suas preferências na formulação das culturas de enraizamento que, frequentemente,

³ Na localidade de Rodeio, por exemplo, vieram do Vêneto (capital Veneza) as famílias: Tonet, Cipriani, Beninca, Pavanelli e Valle. Da Lombardia (capital Milão), os Berri, Cani, Morastoni, Notari, Venturi e Destefani. e, do Piemonte (capital Turim), Vota e Ghiotti.

atribuem uma valoração maior a determinado grupo étnico e social em detrimento de outro.

Diante da complexidade implícita às definições das características da nacionalidade italiana no século XIX, convém citar que a grande maioria dos migrantes em deslocamento para a região do Vale do Itajaí nasceu no Tirol e falava o dialeto trentino. Por outro lado, mantiveram fidelidade à coroa austríaca (ALTMAYER, 2021) e trouxeram o retrato de seu monarca, Francisco José I, além da “bandeira aurinegra do Império Austro-Húngaro” (DALMOLIN, 2021, p. 29). Esse é um exemplo de que as memórias se transformam de acordo com o tempo, passando por reelaborações intercambiáveis até mesmo em relação ao nome da região de origem dos migrantes. Conhecida como Tirol Meridional⁴ e incorporada às narrativas como pertencente ao denominado “Reino da Itália” (PEZZINI, 2015), ultrapassou até mesmo as barreiras geográficas e temporais, fluindo pelos caminhos da memória e evitando que os sentidos estivessem necessariamente em oposição ou contradição.

A partir do Centenário da Imigração, o termo histórico “tirolês” foi esquecido e substituído por “trentino”, gentílico utilizado na contemporaneidade. Dessa forma, esse tipo de construção identitária que adentrava nas alterações de nomes demonstrava como a literatura e a memória estavam sujeitas “à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9), mesclando informações temporais e espaciais. Vale mencionar ainda que durante as festividades do Centenário da Imigração Italiana os desfiles com as distintas simbologias sobre o passado foram realizados nos espaços públicos. O destaque recaiu sobre os Pracinhas, ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial que lutaram na Itália “contra a terra de seus ancestrais” (DALMOLIN, 2021, p. 33), com o propósito de demonstrar seus atos de patriotismo e fidelidade por sua nova pátria. Essas memórias e discursos literários demonstraram uma reinvenção da “italianidade” ou “trentinidade”, alterando os sentidos de pertencimento a um lugar e o modo como os sujeitos se relacionam com as mudanças temporais, a partir de uma reconfiguração articulada com a adesão aos simbolismos, tradições e identidades ressignificadas.

As memórias construídas na literatura pautada nos processos de deslocamentos de imigrantes italianos também estavam evidenciadas pelos próprios imigrantes recém-chegados ao Brasil. A edição do livro do cinquentenário de

⁴ Também conhecido como Tirol Histórico ou, no caso da região específica desses imigrantes, de Tirol Italiano.

Blumenau, publicado no ano de 1900 e redigido em língua portuguesa, alemã e italiana, demonstrava “a diversidade linguística de Blumenau” (FROTSCHER, 2005, p. 120), a ponto de os editores não se preocuparem com a tradução dos referidos textos no livro comemorativo. A variedade de escritores que narrou diferentes percepções sobre a região de Blumenau estava estruturada na dimensão subjetiva do tempo e suas distintas variações, compondo uma circularidade cultural e evidenciando a relevância das colônias de língua italiana no Vale do Itajaí.

Sobre a diversidade étnica na região, um espaço reservado ao professor e agricultor Giuseppe Zanluca, que viveu em Rodeio (1889), mencionava a presença de indígenas e o ataque de um grupo de nativos em sua propriedade agrícola. O relato informava que, após sair para trabalhar na lavoura com seu irmão Ângelo, Zanluca avistou a aproximação de nativos ao longe e, aparentemente, não se importou muito com o avizinhamento. Pouco tempo depois, ouviu sua esposa gritando por socorro, juntamente com suas duas filhas e, após encontrar-se com o marido, relatou que os “bugres”⁵ tinham invadido sua morada. Giuseppe Zanluca saiu em disparada rumo a sua moradia, onde avistou três indígenas que, segundo a narrativa literária, “dançavam na frente da casa, enquanto os outros, de dentro, surrupiavam o bom e o bonito”⁶ (ZANLUCA, 1900, p. 31). Durante a fuga teriam acertado um pedaço de pau na mulher e quase atingiram a filha mais nova neste movimento vertiginoso.

No entanto, a narrativa do imigrante mostra como a memória representa uma “difícil invenção” (LE GOFF, 1990, p. 437), ao passo que está aberta às divagações e esquecimentos acerca de seu passado individual. Isso porque o discurso do proprietário também ignorava os “ataques recíprocos” (WITTMANN, 2005, p. 15) entre imigrantes e indígenas, ao centralizar todo seu argumento em seu caso específico e representando os nativos como dançarinos saqueadores de bens que horrorizavam seu núcleo familiar. Tais narrativas memorialísticas indicaram que “os colonizadores apenas falavam dos índios, sem jamais conseguir referir-se a eles como sujeitos”

⁵ O termo “bugre”, em italiano “bulgheri”, era utilizado pelos imigrantes para se referir aos indígenas. Dentre os mais conhecidos e violentos encontrava-se Martinho Marcelinho de Jesus, apelidado de Martinho Bugreiro.

⁶ O acontecimento teria ocorrido em 29 de janeiro de 1889 na propriedade de Zanluca. O fato é relatado no Livro Comemorativo do Cinquentenário de Blumenau (1900). Após o sucedido, Giuseppe tornaria com sua família para a região de Rio dos Cedros, de onde havia saído com o intuito de ganhar mais dinheiro. Tradução nossa: “ballavano sul prospetto della casa intanto che altri di dentro carpivano il bello e il buono”.

(FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 54), muito menos dialogar ou interagir, tratando-os como “selvagens” ferozes, com ânsia para trucidar quem cruzasse seu caminho.

Desde os primórdios da colonização em Blumenau, “o contato entre os Xokleng e os imigrantes europeus” (WITTMANN, 2005, p. 7) esteve relacionado a conflitos e desentendimentos. Não era por menos, o espaço de enraizamento dos estrangeiros correspondia às terras em que o povo indígena seminômade vivia há centenas de anos, passando a disputá-las com os brancos e muitas vezes resultando em derramamento de sangue. Os imigrantes costumavam descrever os indígenas como dotados de baixa estatura e com um caminhar “recurvado como as rãs, como velhos decrepitos, emitindo voz rouca e selvagem”⁷ (ZANLUCA, 1900, p. 32, tradução nossa), nomenclatura que era atribuída aos nativos. O posicionamento dos imigrantes encontrava-se no entrecruzamento de fronteiras, muitas vezes voltado a uma concepção identitária em que a transposição de culturas se vinculava a um discurso de ênfase à suposta superioridade italiana sobre a nativa.

A partir disso, em grande medida os narradores literários e memorialistas que descendiam de imigrantes estrangeiros mantiveram e perpetuaram a tese de que os nativos eram “criaturas ferozes [e] sanguinários insaciáveis” (CANI, 2011, p. 38), qualificando seus antepassados como vítimas desse processo de estranhamento entre essas duas culturas distintas. Este tipo de narrativa costumava predominar na estética literária de memorialistas, repleta de subjetividades e interesses pessoais. Cabe atenção especial ao contexto de produção e às relações mantidas pelo narrador, que podem ser fruto de “desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não consumidas” (SEVCENKO, 2003, p. 30), além de resultado das leituras e apropriações de outros textos feitos pelo escritor, bem como da interpretação da sociedade do momento, sem que o autor percebesse tais situações na elaboração de sua narrativa.

Acompanhando essa perspectiva dos relatos comemorativos da imigração italiana, citamos o exemplo da memorialista Iracema Cani. Sua fórmula literária mencionava que “era preciso conter as violências impiedosas dos selvagens, praticantes das piores atrocidades”, enquanto o migrante era visto como indivíduo “trabalhador, honesto e civilizado”. (CANI, 2011, p. 41). A abordagem era estigmatizada e dicotômica, voltada à intolerância e oposição, caracterizando o

⁷ “il camminare era a balzelloni come le rane cor corpo recurvo come quello dei vecchi decrepiti, la voce forte ma rauca, profonda e grossa e selvaggia”.

européu como mocinho, enquanto o nativo como vilão e sob a alcunha de “selvagem”. A narrativa remontava às crônicas eclesiásticas⁸ e também remetia a alguns textos literários que enfatizavam concepções racistas, em voga na virada do século XIX para o XX, responsáveis por incorporar um discurso que negligenciava o fato de que “os imigrantes atacavam, os índios revidavam” (WITTMANN, 2007, p. 41), em uma relação de conflitos mútuos e recíprocos.

O advento da Primeira República aumentou as discussões sobre a questão indígena, criando-se em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que trazia consigo diversas contradições, dentre elas pensar que o indígena era “arredio e violento, e por isso, deveria ser pacificado” (FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 57), incorporando o discurso de selvageria em relação aos nativos. Portanto, na construção histórica e no entrecruzamento dos sujeitos em convivência, existiam encontros e desencontros que indicavam intolerância e oposição direta, sobretudo a partir da criação das tropas de bugreiros bem armados para torturar e cometer atrocidades contra os nativos. Além disso, os colonos também utilizavam armas de fogo diante do aparecimento de indígenas, “independente da ocorrência do ataque” (WITTMANN, 2005, p. 27) e acabavam por dizimar parte significativa da população nativa por toda a extensão do Vale do Itajaí. Em contrapartida, os ataques efetuados pelos Laklãnõ-Xokleng e Kaingang se davam devido à falta de mantimentos, roubando alimentos e utensílios, como o ferro, para melhorar suas condições de caça e coleta. Os migrantes, por sua vez, conflitavam em defesa da propriedade que obtiveram pela compra de terras, com o objetivo de garantir o sustento e o desenvolvimento de seu núcleo familiar.

Além dos indígenas, a presença de nacionais na região do Vale do Itajaí foi anterior ao enraizamento dos grupos de fala italiana, e remontava a uma década antes da chegada dos primeiros italianos e tirolezes. Sobre os chamados nacionais ou descendentes de luso-brasileiros, cabe afirmar que seu estabelecimento no Rio Morto⁹ originou-se na intenção do Governo Imperial de reforçar as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai em 1866, a partir do recrutamento massivo de homens, sendo

⁸ Exemplo disto é a citação do assassinato da família Rigelski, imigrantes poloneses que viviam na localidade de Ipiranga (Rodeio), onde a crônica escrita pelo pároco Lucínio Korte destaca que “muitas vezes já os selvagens entre os limites do Curato [de Rodeio] cometeram crimes semelhantes”, no caso, o assassinato (LIVRO..., 1900).

⁹ A localidade de Rio Morto era “assim por eles denominado por formar o Rio Itajaí Açú nessa área, extenso remanso, de águas calmas e naturalmente piscosas” (FINARDI, 1976, p. 332).

que alguns deles optavam por refugiar-se em localidades afastadas. Embora possa causar estranheza, a presença destes sujeitos em meio às povoações de imigrantes europeus não era incomum, uma vez que a Lei Geral 601 estabelecia “que as terras de domínio público (devolutas) deviam ser medidas e demarcadas e autorizava o governo a estabelecer colônias de nacionais e estrangeiros” (MENDONÇA, 2015, p. 217), podendo coexistir em um mesmo núcleo colonial e reforçando que, para além dos conflitos, também eram viáveis as possibilidades de interculturalidade e convivência mútua.

Por sua vez, as representações literárias somente apontaram a presença de nacionais em 1871, quando os agrimensores contratados pelo diretor da Colônia Blumenau, Hermann Blumenau, “encontraram um núcleo de moradores, todos caboclos, instalados em toscos casebres, já com plantações e animais domésticos” (FINARDI, 1976, p. 232), às margens do Rio Itajaí-Açu. Na perspectiva da administração da colônia havia um vazio demográfico, pois a população denominada “cabocla” era considerada “incapaz de promover uma ocupação compatível com o progresso idealizado” (MENDONÇA, 2015, p. 221) pelos estrangeiros, especialmente os germânicos, que defendiam um discurso de empreendedorismo e laboriosidade acerca de si mesmos. Por outra via, destinavam aos não-germânicos descrições voltadas a caracterizá-los como fadados ao ócio e à vadiagem, não capturando as tramas da realidade e as trocas culturais envolvidas nesses processos de deslocamentos e enraizamentos.

Diamante era outra área que compreendia um importante número de nacionais e foi nominada, conforme reza a lenda, após dois pescadores exercerem seu ofício nas proximidades de uma ilha no interior do Vale do Itajaí, no rio Itajaí-Açu. Durante a tarrafeada encontraram diversas rochas, dentre elas uma pedra muito lisa e brilhante. Ambos teriam discutido sobre guardá-la como recordação, porém, decidiram jogá-la de volta ao rio e, no ato de lançarem a pedra, vislumbraram “um brilho extraordinário e foi clareando toda a água em direção ao fundo” (GONÇALVES, 1977, p. 229). Apesar das incontáveis tentativas, não conseguiram recuperar a suposta preciosidade. Convictos de estarem acometidos de extremo azar, voltaram para casa e recontaram a história aos demais, que passaram a denominar a região nas proximidades da ilha como “Diamante”.

Esses contos sobre o mito de origem das localidades em destaque remetem às questões da memória e sua vulnerabilidade quanto aos seus “usos e manipulações,

suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). Tais discussões acerca dos usos da memória indicam que as representações literárias não são regidas por fórmulas que controlam as narrativas, geralmente baseadas na transmissão oral. Por extensão, comportam subjetividades que reiteram o compartilhamento de relações cognitivas com o mundo social, investindo em conferir sentidos e significações à tessitura narrativa.

Ainda na perspectiva das abordagens sobre a multiculturalidade, além dos “caboclos”, o grupo étnico dos “polacos” também fazia parte da composição social do espaço em análise sobre os deslocamentos imigratórios para o interior de Santa Catarina no século XIX. A exemplo do período imperial brasileiro, durante a Primeira República também ocorreram investimentos em torno do processo migratório. A população polonesa recebeu destaque a partir de 1890 e 1914, quando um total de “96.116 poloneses aportaram na cidade do Rio de Janeiro, para em seguida se dirigir aos estados” (OLIVEIRA, 2009, p. 224), com destino particularmente voltado à região sul do país, nas áreas de ocupação europeia.

Não obstante, os migrantes poloneses chegaram ao Vale do Itajaí ainda em 1890, quando um número considerável de “polacos” foi introduzido em lugares altos, montanhosos, de difícil acesso e pouco férteis nas localidades de Ipiranga, Pinheiro, Josefina e Rio Milanês, correspondentes aos atuais municípios de Rodeio, Rio dos Cedros e Benedito Novo. Esse processo estava articulado às tendências macroscópicas na geografia das migrações no Brasil, tendo em vista que “os poloneses chegaram com poucos recursos e ficaram com os piores lotes” (MACHADO, 1999, p. 102) em relação às outras etnias, sobretudo, no Brasil Meridional.

O povoamento dos poloneses no Vale do Itajaí ocorreu em espaços que envolviam localidades com altitudes elevadas e, conseqüentemente, mais gélidas, pedregosas, propensas à proximidade com as povoações indígenas, além da presença dos chamados grandes felinos¹⁰. A etapa inicial para o enraizamento após a travessia oceânica para o Brasil era a compra dos lotes e, “enquanto alguns possuíam poucos recursos, outros tinham uma situação financeira melhor” (VENDRAME, 2007, p. 112), obtendo maiores possibilidades para angariar dinheiro e efetuar a compra dos terrenos. Esta segregação geográfica dos poloneses em relação

¹⁰ A exemplo da suçuarana, onça-pintada, jaguarundi, gato-do-mato, jaguatirica, além de répteis peçonhentos localizados na Mata Atlântica.

às demais etnias não estava apenas voltada aos aspectos negativos acima citados, mas relacionava-se também a outros motivos: 1) chegada muito tempo após os germânicos e italianos; 2) condições financeiras melhores que possibilitavam trazer na bagagem “utensílios e ferramentas”, adquiridos após a venda de seus pertences na Europa.

Sua designação como “polacos” foi atribuída pelos demais grupos étnicos por serem vistos “apenas como parte indiferenciada de um universo desconhecido ou discriminado” (FORTES, 2004, p. 354), classificando uma diversidade de etnias eslavas¹¹ como um mesmo grupo cultural, ignorando as minúcias de suas diferenças. Justamente por isso, convém problematizar aspectos da nacionalidade polonesa, afinal de contas, a Polônia não vigorava como um território geograficamente delimitado e não estava classificada como um país. Sua divisão espacial, desde o final do século XVIII, englobava áreas do Império Austro-Húngaro, Russo e Prussiano (atual Alemanha).

As práticas culturais dos “polacos” também sustentavam o fato de que este grupo étnico não considerava a América meramente como um destino de fuga para a obtenção de condições financeiras melhores, mas desejava deslocar-se em direção a outro continente na busca pela reconstrução de valores culturais em tempos de desterritorialização. Tal processo de reconstrução de uma cultura de origem em um outro espaço geográfico contribuiu para o movimento e a transformação das “relações simbólicas de força” (CHARTIER, 2002, p. 11), em conexão com os discursos de pertencimento.

Nesse ínterim, “movimentos nacionalistas atuantes nos territórios ocupados se organizavam para reconquistar a independência do Estado polonês” (OLIVEIRA, 2009, p. 220), dinâmica que se estendeu também em solo brasileiro. No contexto da formação dos estados nacionais foram criados “símbolos e acessórios inteiramente novos” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 15), como a construção de uma “única língua vernacular como meio dominante de comunicação” (HALL, 2006, p. 49), que já existia entre os poloneses, que se viam no direito de constituir sua própria nação. A identidade, portanto, era evidenciada como “objeto de representações mentais” (BOURDIEU, 1990, p. 112), reforçada por meio da linguagem de pertencimento ao seu local de origem e reportada para a “nova pátria”, o Brasil.

¹¹ Como o caso dos ucranianos do Paraná, lembrados como “polacos”.

A partir do Livro de Óbitos da Paróquia de Rodeio, pode-se perceber que durante o período supracitado foram registradas 127 mortes, sendo 85 (67%) italianos e tirolezes, 31 (24,4%) poloneses, 10 (7,8%) luso-brasileiros e um alemão (0,8%) (LIVRO..., 1895). Os números, embora não correspondessem a um censo geral de habitantes, abordando especificamente a mortalidade, demonstravam uma maioria de imigrantes de fala italiana, mas também uma parcela significativa de poloneses estabelecidos na localidade montanhosa de Ipiranga¹², além de luso-brasileiros, instalados em Rio Morto e Diamante, à margem esquerda do Rio Itajaí-Açu. Contudo, percebemos como em determinadas representações literárias algumas etnias ficaram “confinadas ao silêncio” (POLLAK, 1989, p. 5), enquanto a italiana se sobressaiu como se fosse a única a ter colaborado com a história destes municípios.

Por outro lado, os fundamentos religiosos também atuavam na condição de suporte para identificação dos diferentes grupos étnicos. Prova disso foi o levantamento da pedra fundamental da construção da Igreja São Francisco de Assis, ocorrida em 1898, em Rodeio. Esta cerimônia tinha o intuito de comemorar a colocação do primeiro bloco de pedra da nova Igreja, por isso, fora “totalmente ornada por flores”, confirmando-se uma grande celebração com “sermões em língua italiana, portuguesa e polonesa” (BERRI, 1988, p. 82).

As narrativas dos livros escritos por memorialistas evocaram o protagonismo conferido aos imigrantes de língua italiana nas localidades de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros. Alguns espaços específicos foram minimizados, considerando que “viviam entre os trentinos também famílias de ‘polacos’ ou de casais formados por italianos e polacos” (CANI, 2011, p. 159), constituindo uma “associação entre circularidades e hibridismos” (HERMANN, 1997, p. 506) por meio do matrimônio.

Além dos poloneses, coexistiam os descendentes de portugueses, alcunhados de “caboclos” ou nacionais, além dos nativos (indígenas). Essa multiculturalidade não estava isolava em si mesma, tornando-se portadora de elementos que compunham uma dialética do deslocamento e do enraizamento. Portanto, complementavam-se mutuamente e promoviam trocas culturais, mesmo diante de representações literárias que privilegiavam de modo emblemático a atuação dos migrantes de fala italiana.

¹² Na época era referida em alguns documentos como Piranga (leia-se Pirànga) e assim conhecida por fração considerável da população local até os dias atuais, sobretudo, entre os de idade mais avançada. (LIVRO..., 1895).

A simbologia do trabalho e da laboriosidade como elemento civilizacional: entre a estética literária e a memória

O cotidiano das áreas de interação entre distintos grupos étnicos estava voltado a uma descrição “habitualmente cega”, a partir da negligência das manifestações e apropriações vinculadas às práticas de “transculturização” articuladas pelos sujeitos históricos que atuavam na relação entre uma cultura determinante e uma periférica (PRATT, 1999, p. 31). Tal escolha implicava em desconsiderar contribuições avaliadas como marginais e distantes do processo civilizacional; portanto, outra questão importante que aparecia nas representações literárias era a atribuição da laboriosidade aos imigrantes de fala italiana.

As caracterizações dessa população oriunda do Tirol afirmavam ser gente “forte e saudável, endurecida pelo ar puro dos Alpes, ao exercício do trabalho pastoral e campestre”¹³ (ROSSI, 1900, p. 26, tradução nossa), o que teria facilitado a adaptação ao trabalho nas florestas brasileiras de clima tropical. Esse discurso trazia em si elementos de determinismo geográfico, “onde o clima e o solo (meio) eram os fatores determinantes para o desenvolvimento cultural de uma nação” (FERREIRA, 1998, p. 109). Tratava-se de uma teoria científica bastante difundida no século XIX, sugerindo que o sofrimento com o frio alpino era um motor impulsivo para o trabalho na floresta tropical brasileira, pois estariam “acostumados” com as adversidades climáticas.

Ao povoarem os loteamentos, os imigrantes começaram a praticar uma agricultura de subsistência. O excedente na produção de milho, arroz e fumo era comercializado em troca de outros produtos, a exemplo de ferramentas e querosene. Essas trocas podiam ser efetuadas em casas comerciais da região e “reforçavam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a toda as sociedades humanas” (BOSI, 1992, p. 19). Além disso, as caçadas sempre eram enaltecidas nas representações literárias, acompanhadas por longos relatos sobre as técnicas usadas para abater os animais. Os textos referenciavam a caça de cotias, tatus, quatis ou mesmo as “grandiosas” antas, muito apreciadas pela “carne saborosa, parecida com a de boi, e por não possuir nenhum odor selvagem”¹⁴ (TRENTINI, 1900, p. 44, tradução nossa), ao contrário de outros espécimes.

¹³ “La gente trentina, in generale è forte e sana, temprata alle purè aure delle Alpi, all’ esercizio dei lavori pastorali e campestri”.

¹⁴ “la sua carne è saporita quasi come quella di bue, e non rende nessun odore selvatico”.

O domínio sobre a natureza tinha uma correlação direta com a ação laboriosa dos imigrantes, considerados capazes de entrar em contato com uma floresta densa, além de insetos e predadores (GROSSELLI, 2015) desconhecidos, desafiando-os a uma adaptação ao espaço geográfico de enraizamento. Essa nova condição do imigrante remetia a um processo de estranhamento diante de uma realidade que se mostrava particularmente distante de seu próprio mundo, tornando-se imprescindível “explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15) para a subsistência.

Para além dos migrantes como sujeitos em meio à floresta, os colonos também estavam fortemente associados ao trabalho com a terra. Os discursos acerca desses migrantes como indivíduos trabalhadores e de vida sofrível era constante, em especial nas obras memorialísticas, onde destacava-se “o trabalho árduo, as mãos calejadas e muita renúncia” (BERTOLDI; SCOTTINI, 1975, p. 12) como a principal característica dos primeiros colonos. Segundo essa narrativa literária, os migrantes italianos e tirolezes dedicaram-se aos “dias de trabalho de sol a sol” (JAMUNDÁ, 1948, p. 16), caracterizando também “o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação” (WILLIAMS, 2011, p. 11). Tais descrições passavam a impressão de que não havia momentos de ócio ou oportunidades para sociabilidade nas comunidades, como se todo o seu tempo estivesse destinado à atividade laboral.

Longe de negar que estes imigrantes tenham compilado esforço braçal, seja na lavoura ou na abertura de picadas feitas com machado e facão, seus descendentes apareciam nas descrições como “herdeiros do espírito laborioso e pioneiro de seus ancestrais” (FERREIRA, 1998, p. 106), na mesma perspectiva atribuída aos germânicos que se deslocaram para o sul do Brasil. A exaltação da laboriosidade comportava os mecanismos culturais voltados à promoção de uma tentativa de manifestar e criar uma homogeneidade entre esses sujeitos, “excluindo-se desta forma as desavenças políticas, culturais e econômicas” (FERREIRA, 1998, p. 106). Por extensão, convém lembrar que esses discursos encontrados nas representações literárias comemorativas estavam articulados à memória “preservada pelos olhos de gente morta e pela narrativa de um e de outro”, isto é, de seus remanescentes, “podendo ser contada das mais diversas maneiras” (CONSTANTINO, 2000, p. 15) e passível de grandes latências e/ou revitalizações.

Entretanto, nos primórdios da colonização as narrativas e impressões do diretor das áreas de colonização do Vale do Itajaí, Hermann Bruno Otto Blumenau,

afirmavam que o grupo era caracterizado por “suas constantes travessuras, impertinentes e exageradas exigências, ameaças e até delitos e crimes”, atribuindo-lhes a caracterização de “vagabundos incorrigíveis” (BLUMENAU apud GROSSELI, 2015, p. 25), em um tom rígido em relação aos imigrantes de fala italiana.

Em direção oposta nas descrições estava Giovanni Rossi, toscano “politicamente declarado anarquista” (FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 116) e conhecido por seu “socialismo experimental” (ZENDRON, 2000, p. 135) na Colônia Cecília (Paraná), tendo exercido a função de diretor da Estação Agronômica instalada na região de Rio dos Cedros (1897-1904). Suas narrativas demonstravam que nestes territórios de fala italiana os colonos “começaram a se desenvolver rapidamente em um sistema econômico baseado na agricultura” (GROSSELI, 2008, p. 163), organizado em pequenas propriedades.

Ainda assim, diante de tais divergências, no livro comemorativo dos cinquenta anos da imigração estrangeira para a região do Vale do Itajaí, após vinte e cinco anos da chegada desses imigrantes tirolezes e italianos, o próprio Giovanni Rossi relatou uma perspectiva elogiosa sobre o diretor. Rossi descreveu Hermann Blumenau como “conhecedor dos homens e das coisas”, responsável por ter escolhido “alegremente” a colonização italiana como um elemento de progresso. Também mencionou que em relação aos colonos italianos sempre havia sido “benevolente, e para os velhos trentinos sua memória é honrada”¹⁵ (ROSSI, 1900, p. 27, tradução nossa), destacando as qualidades intelectuais dos italianos. Ao problematizar o posicionamento de Rossi, imediatamente torna-se possível reforçar os elementos da memória, evocando o “registro de uma ausência dada pela passagem do tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 94), por intermédio de esquecimentos e reconstruções sobre si e sobre os outros.

O trecho escrito por Giovanni Rossi trazia uma “legitimação a partir de dados históricos pautados no mito fundador e na memória de Hermann Blumenau” (NICOCELI; FERREIRA, 2011, p. 45), com o intuito de relacionar a população italiana com aquele que era considerado por muitos como o “fundador” da região do Vale do Itajaí. Todavia, ainda se torna cabível considerar que, com o passar do tempo, o próprio diretor tenha modificado sua opinião em relação aos migrantes italianos,

¹⁵ “Il Dr. Hermann Blumenau, conoscitore di uomini e di cose, accolse lietamente la colonizzazione italiana, considerandola come un elemento di progresso per la colônia da lui fondata; ai coloni italiani fu sempre benévolo, e tra i vecchi trentini la sua memoria è onorata.”

contribuindo para que os mesmos demonstrassem gratidão a ele por suas eventuais colaborações.

Giovanni Rossi, ao inaugurar a parte destinada aos falantes de italiano no livro do cinquentenário de Blumenau, publicado em 1900, defendeu que a população italiana também integrava as comemorações desta festa e “se enfileira em torno dos pioneiros de origem alemã que, guiados pelo falecido Dr. Blumenau”¹⁶ (ROSSI, 1900, p. 26, tradução nossa), prosperaram no Brasil. Sendo assim, seu texto procurava construir imagens de si e dos outros, atribuindo ao alemão que “exerceu a função de diretor colonial durante cerca de 30 anos” (NICOCELI, 2014, p. 20) um tom de protagonismo, considerando-o como mentor dos imigrantes das diferentes origens étnicas e sociais. Esses dados remetem ao fato de que as festividades e livros comemorativos são dispositivos que a sociedade criou para promover sentidos para o passado, com o intuito de gerar identidade para amalgamar a história das cidades em torno do enraizamento de culturas herdadas dos antepassados e diretamente vinculadas às armadilhas da memória.

Por esse e outros motivos, as representações literárias sobre deslocamentos envolvem uma infinidade de fatores, com destaque para o fato de que o narrador se encontrava envolto na atividade de transformar, em palavras e textos, os elementos de memória advindos da tradição e dos costumes vivenciados no cotidiano, seja pela oralidade ou letramento. Essa tarefa paradoxal estava longe de estabelecer um compromisso de fidelidade com o passado tal qual ele foi, perspectiva ingênua e inacessível, reforçando elementos de criatividade e ficcionalidade. Por extensão, também proporcionava uma ousada perspectiva: garantir constantes recriações em distintas temporalidades e promover numerosas formas de leitura de mundo, por meio da atribuição de sentidos que se tornam intercambiáveis e mutantes por parte de leitores e pesquisadores.

Considerações finais

Um número expressivo de memorialistas, geralmente pesquisadores com laços familiares ou representantes de sua terra natal, já se dedicou ao estudo dos processos de migração, com uma narrativa eivada de uma carga simbólica que exaltava o passado, com efetiva recorrência aos usos da memória. O propósito desses trabalhos

¹⁶ “si schiera intorno ai pionieri di origine tedesca che, guidati dal compianto Dr. Blumenau”.

demonstrava particular interesse com a ordenação de fatos voltados à solidificação do passado por meio da construção de especificidades locais, legitimando assim uma memória literária de cunho oficial, sustentada por grandes personagens e registros históricos gloriosos. Predominava nesse processo de elaboração de memórias sobre as migrações a construção de uma imagem de harmonia entre europeus, compondo certa homogeneidade na constituição dos municípios vinculados aos migrantes de fala italiana, ainda hoje entrelaçados por raízes históricas e geopolíticas em comum.

Os textos literários aqui analisados foram escritos e publicados durante eventos comemorativos, com o intuito de celebrar e relembrar a migração europeia para o Vale do Itajaí. Ainda assim, sua análise não esteve pautada em um reducionismo simplista, no intuito de evitar certas postulações radicais que reduzem as narrativas a um livre jogo de figuras retóricas, fruto de mera invenção ficcional. Isso porque foram submetidos às investigações sobre a intencionalidade das escolhas dos narradores, indicativo de que os estudos sobre literatura e memória não são estáticos, mas se transformam e se redefinem em um processo constante e dialético, logo, muito longe da parametrização e das descrições encarceradas na coerência de ideias e percepções.

Concluimos que os processos de deslocamento e enraizamento no Vale do Itajaí vinculados às representações literárias e à memória passavam ao largo de esquemas únicos de ações; portanto, estavam em eterno entrecruzamento com as mudanças sociais do passado e do presente, a partir das transformações provocadas pelos próprios sujeitos históricos em suas atividades de construção cultural. Isso é um indicativo de que as análises de representações literárias não comportam o emprego de modelos de racionalidade plena e coerência absoluta, responsáveis pela elaboração de personalidades estáveis ou lineares aos seres humanos.

Justamente por isso, os vínculos entre as narrativas literárias e a memória sobre os deslocamentos migratórios nutrem-se de uma relação íntima e viva com a memória e suas múltiplas formas de produção de sentido, com especial interesse pela experiência de reconhecimento ativada pelos próprios humanos. Tal perspectiva analítica indicou que as representações literárias carregavam em si uma marca afetiva, e o ato da rememoração, vinculado às lembranças e ao lema de comemorar para relembrar, fomentou novas possibilidades investigativas para a recriação de um

mundo relacional, conflituoso e interativo entre nacionais, indígenas, poloneses e italianos na convivência em um mesmo espaço geográfico no Vale do Itajaí.

Referências

- ALTMAYER, Everton. Os tirolezes italianos e sua presença no Brasil. In: BONATTI, Mário; ALTMAYER, Everton (org.). *O dialeto trentino no Brasil*. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 17-88.
- BERRI, Aléssio. *A Igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí*. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988.
- BERTOLDI, José; SCOTTINI, Guido. *Rodeio 1875-1975: aspectos de sua história e de sua gente*. Blumenau: Gráfica 43, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANI, Iracema Maria Moser. *Rodeio: histórias e memórias*. Indaial: Ed. Uniasselvi, 2011.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. *Italianos na cidade: a emigração itálica nas cidades brasileiras*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000.
- DALLABRIDA, Norberto. Imigração e colonização de Trentinos e Italianos na Colônia Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 56, n. 6, p. 7-22, nov./dez. 2015.
- DALMOLIN, Gabriel. *Laços Transoceânicos: O Pacto de Amizade entre Rodeio/SC e Fomace/TN*. Blumenau: 3 de maio, 2021.
- FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabricio. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.
- FINARDI, José. Figuras do Passado: José Antônio de Amorim. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 17, v. 8, p. 332-334, ago. 1976.

FORTES, Alexandre. Os outros “polacos”: classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Ed. Unicamp, 2004. p. 317-361.

FROTSCHER, Méri. A criação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí nos anos 30: das relações entre cultura e política. *Esboços*, Florianópolis, v. 14, p. 117-132, 2005.

GONÇALVES, José. A origem da denominação da localidade de Diamante. In: *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 18, v. 7, p. 228-229, jul. 1977.

GROSSELLI, Renzo Maria. Os tirolezes italianos na Colônia Blumenau: de malfeitores a amantes da “Ordem e Progresso”. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 56, n. 6, p. 23-39, nov./dez. 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 329-352.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Interpretação Regional do Município de Rodeio*. [S.l.: s.n.], 1948.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LIVRO de Óbitos do Curato de Rodeio. *Rodeio*, n. 1, 1895.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n.16, p. 204-226, jul./dez. 2015.

NICOCELI, Vanessa. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

NICOCELI, Vanessa; FERREIRA, Cristina. O regresso do colonizador: representações, usos da memória e mito fundador em Blumenau – 1974. In: *Blumenau em Cadernos*, t. 52, n. 6, p. 22-49, nov./dez. 2011.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 218-237, jan./jun. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEZZINI, Ornella Inês. O Tirol de ontem, o Trentino de hoje. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 56, n. 6, nov./dez. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

ROSSI, Giovanni. Gli Italiani nel Municipio di Blumenau. In: *Comemoração do 50º Aniversário de Blumenau*. Blumenau: [s.n.], 1900. p. 26-44.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRENTINI, Alessandro. Vicissitudes da caça. In: *Comemoração do 50º Aniversário de Blumenau*. Blumenau: [s.n.], 1900. p. 43-44.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos aqui somos senhores: a organização de imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WITTMANN, Luisa Tombini. *Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. 2005. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZANLUCA, Giuseppe. Carta a Giovanni Rossi. In: ROSSI, Giovanni. Gli Italiani nel Municipio di Blumenau. In: *Comemoração do 50º Aniversário de Blumenau*. Blumenau: [s.n.], 1900. p. 30-32.

ZENDRON, Rute Coelho. Anarquismo e anarquistas em Blumenau. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 133-146.

Recebido em: 28/02/2021

Aprovado em: 03/04/2021